

Kelman acredita em preços atraentes no leilão de energia nova

José Ramos

O diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, refuta o temor de alguns investidores com o risco de eventual concorrência predatória das empresas estatais de geração e a preocupação com o sucesso dos próximos leilões de energia. Ele viu equívocos em muitas análises do leilão de energia existente, realizado em dezembro. Em primeiro lugar, não acredita nas teorias conspiratórias, segundo as quais a Chesf teria baixado seus preços por instrução do governo federal. "Não se pode dizer que o governo tenha ficado exultante com o preço baixo", observou.

Também não aceita a tese de que os preços abaixo do esperado sinalizaram valores também reduzidos para a energia futura, o que desestimularia o investidor. Além de lembrar que energia existente e nova são dois produtos diferentes, como "laranjas e maçãs", ele faz o seguinte raciocínio: "podemos dizer que preços muito baixos da energia velha implicam menor capitalização das empresas existentes, diminui a competição para a energia nova e talvez o preço da energia nova suba um pouquinho mais em relação a uma outra situação em que o preço da energia velha fosse mais alto."

Kelman também compartilha da preocupação dos empresários com a carga tributária sobre o setor elétrico. Embora este assunto não seja uma atribuição da Aneel, ele disse que ajudará a discuti-lo com o Executivo e com o Legislativo, pois entende ser essa uma das funções da Agência. "No meu discurso de posse eu sublinhei que a Aneel deve funcionar como um termômetro para indicar ao governo, que é responsável pela formação de políticas, que existem problemas políticos que precisam de correção."

Ele calcula que os tributos já representam metade do valor da conta de luz, e pode estar ultrapassando a capacidade de gasto do consumidor. Como a conta de energia elétrica é simples, quando se quer cobrar de alguém, escolhe-se esse produto. "Nós ficamos com a impressão de que a energia elétrica no Brasil é cara, quando na realidade é uma das mais baratas do mundo em termos de custo de insumo, mas que com impostos e essas agravantes fica cara", reconheceu.

O novo diretor-geral da Aneel considerou vencida a discussão sobre a lei das agências e disse que ela não é necessária no momento para tornar o ambiente mais atraente para os investidores. "Eu acho que essa discussão das agências ficou velha. Ninguém percebeu ainda que a questão é muito barulho para pouca coisa", afirma. "As agências como estão agora não necessitam urgentemente de uma lei, nem a retirada dessa lei seria considerada pelos investidores como uma ameaça."

Ele argumenta que o projeto nasceu de uma concepção que não existe mais, segundo a qual as agências eram talvez dispensáveis. Segundo Kelman, hoje já está consolidado o entendimento no governo e na sociedade de que a independência decisória das agências tem por objetivo criar um ambiente favorável aos investimentos. "Até em meu discurso de posse eu disse que tinha a

pretensão de entender que a minha escolha para vir para a direção-geral da Aneel era uma prova de que isso estava totalmente aceito pelo governo, pois não sou petista."

Ele disse também que não se considera vinculado politicamente ao ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que o nomeou diretor-geral da Agência Nacional de Águas (ANA). "Eu não pertenço a nenhum partido, eu sou vinculado à técnica, sou professor universitário", comentou.

Kelman criticou especialmente os contratos de gestão previstos na lei das agências regulatórias, e que seriam assinados com os Ministérios setoriais. Contratos, segundo ele, são adequados para órgãos executivos e agência executiva, que têm metas precisas que possam ser quantificadas, como um hospital, uma indústria. No caso de uma agência reguladora, essa quantificação de resultados é complexa, porque a tendência seria de quantificar as atividades meio, e não o resultado final. "Por exemplo, é menos relevante saber quantos inspeções são feitas, quantas fiscalizações, do que saber se existe ou não um ambiente favorável aos investimentos, se os interesses dos consumidores estão protegidos, enfim, se nós estamos numa posição neutra em relação aos interesses do governo, dos investidores e dos consumidores."

Kelman disse que a principal preocupação dos investidores é com o risco de que o governo use as negociações do contrato para "capturar" as agências, interferindo em suas decisões. "O risco existe, e tem que ser escrito (o contrato) de tal maneira que elimine esse risco." O diretor alerta que, além de trazer esse risco, o contrato não agrega benefícios ao controle social das agências. Ele lembra ainda que a Aneel transmite suas reuniões de diretoria pela Internet e realiza processos e audiências públicas. "O controle social é total, não precisa mais disso, na minha opinião."

Mas é na criação de uma nova Ouvidoria que Kelman vê o maior risco da lei das agências reguladoras. Atualmente, o ouvidor da Aneel é um diretor, que atua em rodízio com os demais. No projeto de lei o novo ouvidor não é membro da diretoria. "Sendo uma figura estranha, com mandato diferente, com um processo diferente, só dedicada á ouvidora, sem estar envolvida nos outros temas que fazem parte do processo administrativo e das decisões estratégicas, ele pode ficar isolado do resto e possivelmente com uma posição de antagonismo", diz Kelman.

RAMOS, JOSÉ. Kelman acredita em preços atraentes no leilão de energia nova. Agência Estado Setorial, 21/02/2005, 16h43.
<http://www.estadao.com.br/agestado/>